

BOLETIM 67

Brasília, 23 de fevereiro de 2016

Confederações Nacionais reúnem-se para debater assuntos de interesse dos trabalhadores

O Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), que congrega as confederações nacionais de trabalhadores, vão se reunir, hoje, na sede da CONTEC, em Brasília, para debater, entre outros assuntos, projetos de lei de interesse dos trabalhadores e a sustentação financeira das entidades sindicais.

O FST, que é coordenado pelo presidente da CONTEC, Lourenço Ferreira do Prado, vai discutir, também, os processos de interesse laboral que estão tramitando no Supremo Tribunal Federal (STF) e o Precedente Normativo 119, do TST, bem como as campanhas salariais e outras reivindicações trabalhistas.

O presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa – Mazinho, representará a entidade no encontro, quando, mais uma vez, defenderá a que as entidades sindicais priorizem a luta pela retomada do desenvolvimento econômico e da empregabilidade no país, com destaque para a construção civil, segmento que reúne uma condição excepcional de dar uma resposta rápida à crise econômica e ao desemprego.

Fonte: Comunicação CONTRICOM



Lourenço Prado coordena o FST



Mazinho participará do encontro das confederações

BC anuncia queda na atividade econômica em 2015 de 4,08%

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) teve uma queda de 4,08% em 2015. Foi o pior resultado da série histórica, que teve início em 2003. O segundo pior resultado ocorreu em 2009, período de crise econômica mundial, quando houve retração na economia de 1,71%.

Em 2014, comparado com o ano anterior, a



queda ficou em 0,15%, de acordo com dados revisados.

No último trimestre do ano comparado com o terceiro trimestre, houve queda de 1,87%, de acordo com os dados dessazonalizados (ajustados para o período). Em relação ao quarto trimestre de 2014, a queda foi maior: 6,34% nos dados sem ajustes, já que a comparação é entre períodos iguais.

Em dezembro, o IBC-Br também registrou retração de 0,52 %, na comparação com novembro. Comparado a igual mês de 2014, o recuo ficou em 6,51%.

O IBC-Br é considerado uma “prévia” do Produto Interno Bruto. O resultado do PIB no ano passado será divulgado pelo IBGE no dia 3 de março.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Analistas estimam inflação para 2016 e prevêm queda maior do PIB

As previsões para a economia brasileira neste ano não param de piorar. Pesquisa feita com mais de 100 instituições financeiras na semana passada mostra que cresceram as estimativas para a inflação, enquanto a previsão para o Produto Interno Bruto (PIB) voltou a cair. As informações são do relatório Focus, divulgado nesta segunda-feira (22) pelo Banco Central.

Para 2016, a expectativa para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a inflação oficial do país, subiu de 7,61% para 7,62%, o oitavo

aumento seguido. Com isso, permanece acima do teto de 6,5% do sistema de metas do ano que vem e bem distante do objetivo central de 4,5%.

Para 2017, a estimativa do mercado financeiro para a inflação permaneceu estável em 6% – exatamente no teto do regime de metas para o período, e também longe da meta central de 4,5%.

O IPCA ganhou força no início de 2016, chegando a 1,27% em janeiro – maior taxa mensal para janeiro desde 2003, quando atingiu 2,25%. Em 12 meses, o indicador acumula alta de 10,71%.

O aumento das expectativas dos analistas das instituições financeiras para a inflação aconteceu com mais intensidade após o Banco Central manter a taxa básica de juros estável em 14,25% ao ano – o maior patamar em quase dez anos – em meados de janeiro.

Até poucos dias antes da reunião do Copom, que manteve os juros, o BC indicava que subiria a taxa Selic para tentar controlar a inflação, mas depois acabou deixando-a inalterada alegando baixo nível de atividade no Brasil e no mundo. Analistas que apontam que o BC sucumbiu a pressões políticas.

A autoridade monetária tem informado que buscará "circunscrever" o IPCA aos limites estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em 2016 (ou seja, trazer a taxa para até 6,5%) e, também, fazer convergir a inflação para a meta de 4,5%, em 2017. O mercado financeiro, porém, ainda não acredita que isso acontecerá.

Produto Interno Bruto - Para o PIB de 2016, o mercado financeiro passou a prever uma contração de 3,4% na semana passada, contra uma retração de 3,33% estimada na semana anterior. Foi a quinta piora seguida do indicador.



- Como o mercado segue estimando "encolhimento" do PIB em 2015, se a previsão se concretizar, será a primeira vez que o país registra dois anos seguidos de contração na economia – a série histórica oficial, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem início em 1948. Para o comportamento do PIB em 2017, os economistas das instituições financeiras mostraram mais pessimismo e baixaram a previsão de crescimento de 0,59% para 0,5% na semana passada – também na quinta queda consecutiva da previsão.

O PIB é a soma de todos os bens e serviços feitos em território brasileiro, independentemente da nacionalidade de quem os produz, e serve para medir o comportamento da economia brasileira. Recentemente, o Fundo Monetário Internacional (FMI) anunciou a piora de suas estimativas e passou a prever uma contração de 3,5% para o PIB brasileiro neste ano e um crescimento zero para 2017.

Taxa de juros - O mercado financeiro manteve sua estimativa para a taxa básica da economia no final deste ano em 14,25% ao ano – atual patamar da taxa Selic. Isso quer dizer que os analistas continuam não acreditando em uma nova alta dos juros no decorrer de 2016.

Já para o fechamento de 2017, a estimativa para a taxa de juros caiu de 12,75% para 12,63% ao ano - o que pressupõe queda maior dos juros no ano que vem.

A taxa básica de juros é o principal instrumento do BC para tentar conter pressões inflacionárias. Pelo sistema de metas de inflação brasileiro, a instituição tem de calibrar os juros para atingir objetivos pré-determinados. As taxas mais altas tendem a reduzir o consumo e o crédito, o que pode contribuir para o controle dos preços.

Câmbio, balança e investimentos - Nesta edição do relatório Focus, a projeção do mercado financeiro para a taxa de câmbio no fim de 2016 caiu de R\$ 4,38 para R\$ 4,36. Para o fechamento de 2017, a previsão dos economistas para o dólar permaneceu em R\$ 4,40.

A projeção para o resultado da balança comercial (resultado do total de exportações menos as importações) em 2016 subiu de US\$ 36,10 bilhões para US\$ 37,05 bilhões de resultado positivo. Para o próximo ano, a previsão de superávit avançou de US\$ 39,3 bilhões para US\$ 39,65 bilhões.

Para 2016, a projeção de entrada de investimentos estrangeiros diretos no Brasil ficou inalterada em US\$ 55 bilhões e, para 2017, a estimativa dos analistas recuou de US\$ 60 bilhões para US\$ 55,55 bilhões.

Fonte: Portal G1

BC diz que sua estratégia não contempla 'reduções' da taxa de juros

A estratégia do Banco Central para trazer a inflação oficial abaixo de 6,5% neste ano e para a meta central de 4,5% em 2017 não contempla "reduções" da taxa básica de juros, afirmou o diretor de Política Econômica da autoridade monetária, Altamir Lopes. Ele participou de evento promovido pelo JP Morgan, em São Paulo, nesta segunda-feira (22). Seu discurso foi divulgado na íntegra pelo Banco Central.

Evolução da taxa básica de juros - Selic

EM % AO ANO



Fonte: Banco Central do Brasil

g1.com.br

Infográfico atualizado em 20/01/2016

"Ressalto que o cumprimento do regime de metas [patamar abaixo de 6,5% para o IPCA em 2016] e a convergência da inflação para a meta de 4,5%, em 2017, não contemplam reduções da taxa básica de juros", declarou Altamir Lopes.

Na semana passada, o diretor de Política Monetária da instituição, Aldo Mendes, já havia sinalizado que BC não deve reduzir no curto prazo a taxa básica de juros da economia, mas o recado não havia sido dado de forma tão direta. Na ocasião, Mendes declarou que os mecanismos de inércia inflacionária não "deixam espaço para uma flexibilização das condições monetárias [redução dos juros]".

A especulação de que o Banco Central poderia vir a baixar a taxa de juros nos próximos meses ganhou força após a última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), formado por diretores e presidente da autoridade monetária. No mês passado, a taxa foi mantida estável em 14,25% ao ano – contrariando expectativas do mercado. Ela começou a ser afastada somente na última sexta-feira, com a avaliação de Mendes.

A percepção do mercado financeiro de que o BC poderia vir a baixar os juros aconteceu porque até poucos dias antes da reunião do Copom, que

manteve a taxa inalterada, em janeiro, o BC indicava que subiria a taxa Selic para tentar controlar a inflação, mas depois acabou deixando-a inalterada alegando baixo nível de atividade no Brasil e no mundo. Analistas que apontam que o BC sucumbiu a pressões políticas.

Inflação na meta - Apesar das declarações dos diretores do BC, no mercado financeiro há uma descrença geral de que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a inflação oficial do país, ficará abaixo da meta de 6,5% neste ano e próxima de 4,5% em 2017 - conforme o objetivo da autoridade monetária.

A expectativa do mercado financeiro, porém, em pesquisa com mais de 100 instituições financeiras conduzida pelo próprio BC, é de que a inflação oficial do país some 7,62% em 2016 (bem acima do teto de 6,5%, estourando, assim, novamente a meta de inflação) e 6% em 2017 - muito superior ao objetivo central de 4,5%, mas ainda dentro do intervalo de tolerância, que fixa um teto de 6% para o ano que vem.

"A piora nas expectativas fundamenta-se, em grande parte, na inflação corrente mais elevada que o esperado. Assim, à medida que o processo desinflacionário materializar-se – esperamos desinflação de 2 pontos percentuais já neste primeiro semestre –, as expectativas deverão estabilizar-se ou mesmo apresentar retração", disse Altamir Lopes.

Para ele, apesar de o efeito inflacionário da depreciação cambial [alta do dólar, que encarece insumos e produtos e importados e pressiona a inflação] predominar no curto prazo, no horizonte temporal de médio prazo o efeito desinflacionário das condições da economia real, expresso no maior



hiato do produto, tende a prevalecer", declarou Lopes.

Adicionalmente, disse o diretor do Banco Central, é importante notar que o câmbio passou por expressiva depreciação em 2014 e 2015 – 21% no segundo semestre de 2014 e 47% em 2015, para ser mais preciso –, deixando menor espaço para movimentos significativos de depreciação em 2016.

Por outro lado, ele avaliou que a taxa de câmbio mais depreciada (dólar em um patamar mais alto) deverá estimular a substituição de importações, com reflexos positivos não só para a balança comercial, mas também para a atividade econômica.

Sobre os preços administrados (como energia elétrica e gasolina, por exemplo), Altamir Lopes, do Banco Central, observou que houve um "expressivo ajuste" ocorrido em 2015, quando os administrados avançaram 18%, e acrescentou que isso "deverá levar a significativa redução da inflação desses preços no ano corrente".

Contas públicas - Para o diretor do Banco Central, é preciso garantir uma trajetória de resultados primários (superávits nas contas públicas) que permita a "estabilização e a posterior redução do endividamento público em relação ao PIB, medida crucial para reforçar a percepção positiva sobre o ambiente econômico, para melhorar a confiança dos agentes, e para contribuir para a ancoragem das expectativas de inflação".

"Destaco a importância de que sejam dissipadas incertezas acerca das trajetórias das variáveis fiscais para o ano corrente, contribuindo para uma percepção mais positiva sobre a evolução e a consolidação da política fiscal no país", declarou ele. Lopes não afirmou que acredita no atingimento da meta fiscal deste ano - ao contrário

do que afirmou o diretor Aldo Mendes na semana passada.

A meta fiscal deste ano, fixada no orçamento federal, é de R\$ 30,5 bilhões de superávit, ou 0,5% do PIB. Na sexta-feira passada (19), o ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, informou que o governo quer uma permissão para que suas contas apresentem um rombo de até R\$ 60,2 bilhões neste ano. Para isso, enviará um projeto de lei complementar alterando a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) nos próximos dias.

Previdência e catastrofismo

Paulo Kliass ()*

Pela importância do assunto e a lucidez dos argumentos apresentados, publicamos, nesta edição, artigo do professor Paulo Kliass, especialista em gestão pública.

Ao contrário dos artigos patrocinados pelos profissionais do mercado financeiro, é importante esclarecer que o regime previdenciário está equilibrado.

*Paulo Kliass**

O aprofundamento da crise econômica e a ampliação das dificuldades de articulação política do governo acabam criando um caldo de cultura bastante perverso para a condução de uma agenda de retomada do desenvolvimento social e econômico em nosso País.

Com o verdadeiro encurralamento a que vem sendo submetida a Presidenta Dilma e sua equipe pelas forças conservadoras, a pauta de temas relativos à superação da crise fica

contaminada pelo lobby exercido pelo grande capital, em especial os grupos articulados ao sistema financeiro. Para eles, períodos de dificuldades e imobilismo como o atual são um prato cheio para emplacar projeto de transformação de políticas públicas em prol de seu próprio interesse privado.

Não bastasse a continuidade plena do modelo do austericídio, herdado da gestão de Joaquim Levy, os responsáveis pela economia avançam rumo a áreas ainda mais sensíveis e polêmicas. Assim, a orientação do governo continua sendo a de patrocinar cortes e mais cortes nas áreas estratégicas da administração pública federal, com a redução de verbas orçamentárias nas rubricas sociais e nos investimentos.

A estratégia do catastrofismo

Tendo em vista a incapacidade ou a falta de disposição de romper com a armadilha imposta pela busca do superávit primário em ano de recessão generalizada, a única tática que resta ao governo permanece a de buscar ainda maiores reduções nos gastos. A diminuição das atividades econômicas de forma generalizada impõe severas perdas na capacidade arrecadatória do Estado. Como as receitas diminuem, o quadro é ainda mais agravado por essa busca insana do resultado superavitário a qualquer preço.

Capturados pela ótica dos que foram derrotados nas urnas, grupos na Esplanada pressionam o governo pela implementação do projeto de nação que as eleições recusaram. Assim, por outras mãos retornam à cena o assunto da privatização de empresas estatais, a concessão de áreas do Pré Sal e a famosa reforma da previdência.

Um dos aspectos que mais chamam a atenção é justamente a incapacidade de mudanças



constitucionais no Regime Geral da Previdência Social (RGPS) em promoverem os resultados fiscais imediatos que tanto se alardeiam. O tema da reforma previdenciária só deverá oferecer ganhos no balanço entre as receitas e as despesas do regime de benefícios no médio e no longo prazos.

Não existe argumento convincente para se avançar a toque de caixa em assunto tão sensível e estratégico para a sociedade brasileira. Se o governo não pretende mesmo retirar direitos dos atuais contribuintes e inativos, os efeitos somente serão sentidos para as próximas gerações de participantes.

O regime previdenciário não está desequilibrado.

Essa é a razão para a entrada em cena da turma promotora do clima de catastrofismo. É necessário pintar o quadro na tonalidade a mais alarmista possível, falseando dados e estatísticas, com o objetivo de pressionar o governo e conquistar o apoio da população para um sonho antigo do financismo - a privatização de nosso sistema previdenciário. Para a viabilização dessa estratégia recorre-se ao estrangulamento econômico e financeiro do RGPS, para depois chegar com a conclusão de que não havia mesmo alternativa que não fosse a entrega ao setor privado. Afinal, tudo aquilo que é natureza pública estaria fadado ao fracasso e à ineficiência.



Então vamos aos números. Em 2015, o regime previdenciário realizou o pagamento de R\$ 442 bilhões a título de benefícios previdenciários. Desse total, R\$ 342 bi referem-se aos participantes urbanos e R\$ 100 bi são relativos aos beneficiários rurais.

Ao contrário dos artigos e matérias patrocinados pelos profissionais do mercado financeiro, é importante esclarecer que o regime previdenciário está equilibrado. As informações do próprio ministério vão na direção oposta do que alardeiam os catastrofistas de plantão.

No ano passado, o subsistema dos trabalhadores urbanos arrecadou um pouco mais do que gastou e o subsistema dos trabalhadores rurais carrega um estoque de aposentadorias e pensões para os quais não houve histórico de contribuição. Foi uma importante decisão da Assembleia Nacional Constituinte de 1988, quando se reconheceu o direito histórico dessa parcela de nossa sociedade. Até aquele instante, os agricultores eram proibidos de ter acesso à previdência social. E esse descompasso nada tem a ver com alguma deficiência estrutural do regime previdenciário. Na verdade, essa conta teria de ser ajustada, de forma periódica, pelo Tesouro Nacional junto ao RGPS.

É verdade que os números para 2016 devem oferecer um balanço mais negativo. Mas isso se deve, essencialmente, à redução das receitas do regime, em razão do desemprego. Um provável déficit maior a ser apurado no final desse ano não pode ser usado como aríete para a liquidação do modelo existente. Isso porque a retomada do crescimento em 2017, por exemplo, redefiniria o balanço positivo entre receitas e despesas da previdência social. Ou seja, estamos diante de um

caso típico de política pública de longo prazo. E como tal ela deve ser tratada.

Ora, se o regime não está causando o prejuízo que seus adversários lhe imputam, qual a razão para essa pressa na votação da reforma previdenciária? Se o governo está realmente preocupado em encontrar algum vilão para explicar suas dificuldades fiscais, deveria ampliar o foco de sua análise para o conjunto das despesas efetuadas pela administração pública federal. E aí, sim, acharia uma conta que é intrinsecamente gastadora e deficitária. Refiro-me à rubrica de pagamento de juros e serviços financeiros da dívida pública. Durante o mesmo período acima mencionado, o valor desse tipo de gasto foi superior ao total das despesas previdenciárias.

Em 2015, o volume total dos juros pagos pelo governo federal foi de R\$ 502 bilhões. Ora, parece evidente que o impacto negativo sobre as contas públicas promovido por esse tipo de despesa foi muito superior aos gastos realizados com previdência social. A verdadeira bomba sobre o déficit da contabilidade fiscal é a conta associada à política monetária. Se alguma reforma deve ser feita para resolver esse “imbróglio” entre receitas e despesas de curto prazo, trata-se de uma reestruturação das despesas associadas à dimensão financeira da dívida pública.

Mudanças de longo prazo: calma e serenidade.

Isso não significa que devemos ignorar as transformações que estão em marcha em nossa sociedade e que apresentam consequências sobre as tendências do modelo previdenciário no longo prazo. Refiro-me aqui, em especial, às mudanças de natureza demográfica e do próprio mercado de trabalho. A participação das faixas mais jovens no conjunto da população passa por redução, ao passo em que aumenta a longevidade. Isso significa que



haverá um maior contingente relativo de pessoas em condições de passar à inatividade e uma parcela mais reduzida de trabalhadores em atividade. Esse modelo merece uma redefinição, é claro.

No entanto, há inúmeras maneiras de solucionar essa questão no longo prazo. Pode-se mexer na forma de financiamento: manter a contribuição com base na folha de pagamentos, introduzir uma contribuição sobre a movimentação financeira, recolher tributos das atividades do agronegócio, eliminar as isenções existentes. Pode-se mexer nas idades mínimas, buscando para as próximas gerações referências que assegurem a sustentabilidade do modelo. Pode-se mexer nos valores dos benefícios, retirando a injustiça promovida pelo famigerado fator previdenciário e evitando a tentação de desvincular aposentadorias e pensões do valor do salário mínimo. Pode-se mexer nas regras para obtenção de direitos para os diferentes grupos sociais, com a redefinição das relações entre homens e mulheres, agricultores e urbanos, além das isenções para clubes esportivos, igrejas e entidades de natureza assistencial.

Mas o essencial é abrir um longo processo de debate no interior da sociedade, para saber quem vai pagar a conta de tais mudanças. E isso não pode ser feito com olho na profundidade da crise atual. Tal postura apenas contamina o debate e nos impede de olhar o futuro com a grandeza que um regime previdenciário de solidariedade nacional e intergeracional exige e merece.

A única certeza é que o pior momento para se promover esse tipo de alteração estrutural é sob o afogadilho da crise econômica e social. Com o clima catastrofista artificialmente criado, as propostas mais radicais do financismo de plantão sempre ganham destaque. Sempre surge aquela panaceia que se propõe a resolver todos os males

de nosso Brasil. Foi assim com a abertura irresponsável do mercado brasileiro para importações de bens e serviços, bem como a facilidade concedida para operações sem controle no mercado de capitais especulativos. O mesmo se deu com a privatização das principais empresas estatais dos governos federal e estaduais, quando a transferência generosa do patrimônio público ao capital privado nos privou de importantes ferramentas de definição de políticas estratégicas.

As eventuais mudanças necessárias no RGPS devem ser debatidas e construídas por meio de amplos consensos, sempre envolvendo todos os setores envolvidos. No entanto, o essencial é que o governo conduza o processo observando calma e serenidade.

*** Paulo Kliass é doutor em Economia pela Universidade de Paris 10 e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.**

AGENDA PRESIDENTE DA CONTRICOM FRANCISCO CHAGAS COSTA- MAZINHO

Dia 23 de fevereiro – participa de reunião do Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST, na sede da CONTEC, em Brasília (DF).

Dia 24 de fevereiro – participa de reunião com a direção da FETICOM-GO-TO-DF, quando serão tratados assuntos de internos da Federação junto à CONTRICOM.

Dias 25 e 26 de fevereiro – participa, em Minas Gerais, de reuniões com sindicatos da categoria e a FETICOM-MG.

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)